

Análise da oferta da Educação Profissional no Estado do Rio de Janeiro

Analysis of the offer of Professional Education in the state of Rio de Janeiro

*Bruno Gawryszewski**
*Guilherme Marques***
*Fernanda Lavouras****

Resumo: este texto tem como objetivo analisar a oferta da Educação Profissional no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2015, levando em conta variáveis tais como modalidade de ensino, dependência administrativa, docente e faixa etária. Para tanto, utilizamos como procedimentos metodológicos a coleta de dados disponíveis pela Sinopse Estatística do Censo Escolar da Educação Básica do ano de 2015 do INEP/MEC e a revisão bibliográfica de acerca do debate sobre políticas públicas educacionais a partir da década de 2000. A implementação de políticas específicas para a Educação Profissional, embora estivesse em disputa por matrizes teóricas mais relacionadas à integração com o ensino médio, esteve também profundamente mediada pelos interesses das frações empresariais. Tal constatação nos permitiu concluir que, embora a modalidade tenha conquistado maior visibilidade, sua oferta no Rio de Janeiro ainda se dá predominantemente de forma seccionada do ensino médio (concomitante e subsequente) por instituições privadas que dispõem de uma relação matrícula por professor bastante superior à média das instituições públicas e com significativa procura por adultos acima de 25 anos.

Palavras-chave: Educação Profissional. Rio de Janeiro. Políticas Educacionais.

Abstract: this text aims to analyze the offer of Professional Education in the state of Rio de Janeiro in the year 2015, taking into account variables such as teaching modality, administrative dependency, teacher and age group. Therefore, we used as methodological procedures the collection of data available from the Statistics Synopsis of the School Census of Basic Education for the year 2015 of the INEP / MEC and the bibliographical review of the debate on educational public policies from the decade of 2000. The implementation of specific policies for professional education was deeply mediated by the interests of the business sector, although it was in dispute for theoretical matrices for integration with the secondary education. This finding allowed us to conclude that although the modality has gained greater visibility, its offer in the state of Rio de Janeiro still predominantly occurs in a sectional form of high school (concomitant and subsequent) by private institutions that have a higher enrollment ratio per teacher than the average of public institutions and with significant demand for adults over 25 years old.

Keywords: Professional Education. Rio de Janeiro. Educational Policies.

* Professor do Departamento de Administração Educacional da Faculdade de Educação da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Leciona as disciplinas de Educação Brasileira e Políticas Públicas em Educação. Integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX) da FE/UFRJ. Doutor em Educação pelo PPGE/UFRJ. E-mail: brunogawry@gmail.com

** Licenciado em Educação Física pela UFRJ, integrante do COLEMARX, da FE/UFRJ, e bolsista PIBIC-UFRJ/CNPq. E-mail: foliosjm@gmail.com

*** Graduada em Pedagogia pela UFRJ, integrante do COLEMARX, da FE/UFRJ, e bolsista PIBIC-UFRJ/CNPq. E-mail: fernandalavouras@gmail.com

Introdução

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da República em 2003 e uma conjuntura econômica que era fortemente alavancada pelo crescimento das importações de commodities pela China, a expansão da economia brasileira foi fortemente favorecida. O progressivo aumento das exportações e das receitas obtidas por essas, o que gerou significativo superávit da balança comercial, manteve as reservas cambiais em situação confortável pelo grande influxo de dólar e resultou numa taxa média de expansão do Produto Interno Bruto de 4,5% ao ano entre 2003 e 2010 e que atingiu seu pico no último ano de mandato do governo Lula, com crescimento de 7,5% do PIB (BNDES, 2011).

No entanto, em meio a essa conjuntura até então favorável, a irrupção da crise na reprodução do valor assolou os países capitalistas centrais na zona do euro e os Estados Unidos, tendo atingido seu ápice em 2008-2009 e com recuperação vacilante até o tempo presente. Essa crise irrompida no final da década de 2000 redirecionou boa parte do destino dos excedentes de capital e que encontraram no Brasil, particularmente no estado do Rio de Janeiro, um grande polo de atração para os investidores, ligados aos processos mundializados, como os megaeventos esportivos, projetos de reordenamento urbano e construção de grandes complexos industriais¹.

Ao passo que a economia brasileira (em especial a fluminense) gozava de um razoável ciclo de expansão para acúmulo de capital, passou a existir uma maior expectativa para a procura de empregos, a fim de ocupar as vagas abertas. As pesquisas mensais de emprego do IBGE que atestavam que o percentual de desempregados no primeiro ano do governo Lula (2003) beirava os 13%, pouco a pouco foi estancando as duas casas decimais e, já no governo Dilma em 2012, o índice atingiu um patamar de 5%. Essa média foi mantida por mais de dois anos, o que motivou muitos interlocutores (especialmente aqueles ligados ao governo federal ou simpáticos ao PT) a defender que o País tinha atingido uma situação de *pleno emprego*.

Portanto, diante da queda na taxa de desemprego e de um gradual crescimento da massa salarial do trabalhador, ecoou o discurso nos veículos de comunicação de que, no início da década de 2010, ocorria no Brasil um *apagão de mão de obra qualificada*, situação que, do ponto de vista do empresariado, teria criado dificuldades para contratar força de trabalho qualificada para ocupar os cargos disponíveis, gerando como consequência, o travamento do desenvolvimento nacional.

Tomando esse diagnóstico do apagão de mão de obra qualificada como premissa², uma das medidas na resolução desse aparente problema se consumiria no estímulo de que a educação profissional fosse organizada de modo a atrair e formar

1 Alguns exemplos - Megaeventos esportivos: Jogos Pan-Americanos em 2007, Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa do Mundo em 2014, Jogos Olímpicos em 2016. Religiosos: Jornada Mundial da Juventude em 2013. Empreendimentos urbanos: Porto Maravilha, Morar Carioca, Programa de Aceleração do Crescimento, os sistemas de vias exclusivas para os ônibus articulados (BRT), construção da linha 4 do metrô. Complexos Industriais: TKCSA no bairro de Santa Cruz, Comperj em Itaboraí.

2 A “tese” do apagão de mão de obra, apesar de muito difundida nos meios de comunicação de massa, foi amplamente rechaçada tanto por intelectuais com posições historicamente vinculadas à agenda do capital, como pode ser conferido, por exemplo em Schwartzmann e Castro (2013) quanto em publicações veiculadas ao IPEA/Governo Federal, conforme texto de Nascimento (2011), dentre outros.

os profissionais qualificados para os setores considerados estratégicos e aumentar a produtividade das empresas locais.

Levando em conta a trajetória recente da Educação Profissional, o presente texto pretende analisar a oferta da modalidade no Estado do Rio de Janeiro, considerando as ações políticas empreendidas em nível nacional e estadual. Para realizar a análise, utilizamos como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, adicionada à interpretação dos dados disponíveis pela Sinopse Estatística do Censo Escolar da Educação Básica do ano de 2015 do INEP/MEC.

Breve histórico da Educação Profissional em nível nacional

Uma vez eleito e empossado em 2003, o governo Lula, embora em momento algum tenha proposto um projeto de ruptura política, tinha em seu passado uma herança de construção e compromisso com educadores progressistas, sindicatos, movimento estudantil e entidades acadêmico-científicas da área de Educação, e que se aventavam ser postas em prática algumas mudanças, contrapondo-se ao período de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Particularmente no que tange à Educação Profissional, em junho de 2003, o Ministério da Educação (MEC) promoveu o seminário *Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas* que teve como objetivo colocar em discussão como a modalidade de ensino poderia contribuir para um suposto novo projeto de desenvolvimento para o país, que promovesse crescimento econômico, desenvolvimento científico e tecnológico, justiça social e distribuição mais equilibrada da renda, a partir do entendimento da educação como direito social e dever do Estado em assegurá-lo como política pública (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003). Portanto, a realização do seminário em âmbito nacional nos primórdios do governo Lula, sinalizou, à primeira vista, que os educadores seriam considerados interlocutores na formulação e implementação de processos políticos mais ampliados.

Quase um ano depois, em abril de 2004, o MEC lançou o documento *Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica*, que sintetizava o conjunto de debates travados no ano anterior e na própria trajetória histórica da modalidade. O documento critica a visão pragmática da formação do trabalhador para tarefas meramente instrumentais, assegurando que a educação profissional (e tecnológica³)

[...] deverá ser concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder (MEC/SÉTEC, 2004, p. 7).

3 Em termos conceituais, a denominação “educação tecnológica” está fundamentada numa concepção formativa de sujeitos que possam participar ativamente do processo produtivo, mas com compreensão dos contornos em que a tecnologia é inserida nas relações sociais de produção. No entanto, sem desconsiderar o imenso esforço de produção de conhecimento, particularmente vinculado ao debate do campo de trabalho e educação e do referencial teórico-metodológico marxista, para efeitos do presente texto, a modalidade será nomeada apenas como Educação Profissional, como referência à formação técnica de nível médio.

A fundamentação exposta acima teve como objetivo sintetizar um conjunto de críticas que foram construídas em contraposição ao instrumento normativo-legal da Educação Profissional que vigeu por sete anos, o Decreto nº 2.208/1997. Exarado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi duramente criticado por induzir a uma separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, ao gerar sistemas e redes educacionais distintas, o que implicava em uma formação menos custosa para o Estado, pois o ensino regular poderia ser realizado de maneira generalista, e a formação técnica, fortemente estimulada a se atrelar à construção de parcerias com a iniciativa privada, para manutenção e ampliação da própria rede de Educação Profissional. Trata-se do reforço da dualidade educacional, traço estrutural da educação brasileira, resultante de sua própria formação social. Diante de uma aparente contradição, em que se repete à exaustão sobre a falta de uma força de trabalho qualificada, mas ao passe que não se concretiza esforços políticos a contento para que a educação básica (incluindo a formação técnica de nível médio) seja plenamente universalizada, bem sintetiza Frigotto (2008, p.524) que “A formação do trabalhador adequada à flexibilidade do processo produtivo e da acumulação é incompatível com a educação omnilateral e politécnica e de escola unitária e centra-se na concepção de formação polivalente.”. Por isso, não se trata de uma contradição, mas de uma condição, regulado pelo padrão capitalista dependente brasileiro que prescinde de uma força de trabalho com uma formação científico-tecnológica sólida para auferir a sua acumulação de capital.

Com a vitória eleitoral do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma grande movimentação por parte dos educadores para que fosse feita a revogação do decreto 2.208/97. A revogação do anterior e a promulgação do novo decreto regulador (5.154/2004) atenderam à mobilização posteriormente e viria a ser incorporado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que restabelecia a possibilidade de articulação entre a educação profissional e o ensino médio e a possibilidade de oferecimento da modalidade integrada (BRASIL, 2004).

No entanto, o decreto, embora atendesse parcialmente os princípios da formação de trabalhadores em termos de integração dos fundamentos das dimensões da vida humana, como o trabalho, ciência, cultura, e representasse em alguma medida o fortalecimento de forças progressistas em defesa da educação pública brasileira, Kuenzer (2008, p. 501) entende que

O novo decreto [...] representou uma acomodação conservadora que atendeu a todos os interesses em jogo: do governo, que cumpriu um dos compromissos de campanha com a revogação do decreto 2.208/97; das instituições públicas, que passaram a vender cursos para o próprio governo, e gostaram de fazê-lo, renunciando em parte à sua função; e das instituições privadas, que passaram a preencher, com vantagens, o vácuo criado pela extinção das ofertas públicas.

Posto esse limite na posição política, fato amplamente destacado nas análises e pesquisas, posteriormente o estabelecimento da Lei nº 11.195/2005 viabilizou que o governo federal pudesse efetivamente voltar a investir na expansão e criação de escolas públicas técnicas. O primeiro ensaio, no mesmo ano de 2005, deu-se através do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que ampliou e criou instituições de ensino na ordem de 42 unidades escolares, abrangendo 74 mil vagas (CAIRES e OLIVEIRA, 2016).

Contudo, salvo as resumidas informações descritas acima, adicionadas à adequação de novas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução nº 1/2005) e a realização da Conferência Nacional de

Educação Técnica e Tecnológica em 2006, não havia, até aquele momento, medidas mais contundentes na educação profissional e tecnológica e na própria educação como um todo. Tal debate passou a ser mais visibilizado a partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado na esteira do contexto de crescimento econômico em que o governo Lula procurava reforçar o papel do Estado como fomentador e indutor do capital nacional para competir em nível global, através de um amplo leque de iniciativas em infraestrutura, urbanização e transporte que foi denominado como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

No contexto específico da Educação Profissional e Tecnológica, o lançamento do programa *Brasil Profissionalizado* se deu com vistas a estimular o Ensino Médio integrado à Educação Profissional nas redes estaduais de ensino, por meio da concessão de recursos e planejamento estratégico vinculado ao PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e na expansão de sua própria rede. Esta segunda estratégia se materializou no lançamento da Chamada Pública MEC/SETEC n. 001/2007 que acolheu propostas de apoio à implementação de novas instituições federais de Educação Tecnológica, em parceria entre o MEC e gestores municipais. A propósito, os municípios receberiam uma unidade de ensino e deveriam providenciar área física para a construção da escola e demais ações que viabilizassem sua implementação. Completando a miríade de marcos regulatórios, o Decreto n. 6.095/2007 que estabelecia diretrizes para constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e da Rede Federal de Educação Tecnológica (CAIRES e OLIVEIRA, 2016).

No ano seguinte, através da Lei nº 11.892/2008, foi estabelecida então a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que resultou na criação de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da fusão dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), das escolas agrotécnicas federais e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais. A partir da construção das 150 escolas previstas na *Chamada MEC/SETEC* e mais 208 escolas técnicas até o fim do quadriênio 2011-2014, pretendia-se chegar a um total de 562 *campi* no Brasil.

O orçamento para a Educação Profissional e Tecnológica foi dotado de um crescimento absoluto de 309% entre 2003 (R\$ 2,2 bilhões) e 2013 (quando atingiu o montante de R\$ 9 bilhões). Essa elevação orçamentária também se refletiu no aumento do número de estudantes matriculados nas instituições federais de ensino profissional ao passar de 629.722, em 2003, para 1.441.051 discentes, em 2013 (SANTOS e RODRIGUES, 2015).

No entanto, o patamar mais elevado de crescimento econômico, tendo provocado a criação de novos postos de trabalho e a maior formalização no vínculo empregatício, havia um crescente clamor de que a educação profissional fosse ainda mais expandida. A representação social predominante era de que os cursos técnicos atenderiam às necessidades de força de trabalho para as empresas e às aspirações da população, especialmente das camadas populares, de ter acesso a uma formação mais qualificada e que as colocasse em melhores condições como força de trabalho disponível.

Assim, por iniciativa do governo federal, a Lei nº 12.513/2011 instituiu o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) como uma tentativa de adensar à expansão da própria Rede. Iniciativas como a oferta de bolsas de estudo a estudantes e trabalhadores (Bolsa Formação), o financiamento para entidades privadas de ensino (Fies técnico/Fies empresa), acordo de gratuidade com o Sistema S, o apoio à expansão das redes estaduais de educação profissional e o ensino a distância (e-Tec), todas elas coordenadas pela Secretaria de Educação

Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (CASSIOLATO e GARCIA, 2014).

O Pronatec, apesar de prever um adensamento à expansão da própria Rede Federal, teve as ações relativas a oferta de bolsas de estudo para estudantes e trabalhadores em instituições privadas de ensino como ação de maior relevo. Entre 2011 e 2014, o Pronatec alcançou oito milhões de matrículas, sob condição de 92% dos recursos utilizados na ação orçamentária 20RW (apoio à formação profissional, científica e tecnológica) foram destinadas ao Sistema S⁴, o que totalizou um montante de R\$5,88 bilhões (COSTA, 2015).

A Educação Profissional no Rio de Janeiro

No âmbito fluminense, a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em Itaboraí e toda cadeia de setores variados da indústria como construção naval e siderurgia⁵ e investimentos nas malhas viárias para escoamento das mercadorias, os interesses das frações burguesas locais, especialmente organizados em torno da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), apontavam em ações para fazer do Estado do Rio de Janeiro um núcleo de transformação e exportação de commodities e, mais especificamente, a cidade do Rio de Janeiro como um centro especializado em serviços de alto valor agregado (turismo, grandes eventos, inovação) (MESENTIER, s/d).

Contudo, esse processo de desenvolvimento requer um custo altíssimo e, historicamente, tais custos dessa espécie de investimento recaem fundamentalmente sobre o Estado. A manutenção da infraestrutura nos subsídios/generosas isenções fiscais às empresas transnacionais e, por suposto, no próprio custo com a administração de serviços que se adequa a uma nova realidade urbana - educação, segurança, iluminação, saúde, saneamento, dentre outros (IASI, 2016).

Tratava-se, de um período de bonança que perdurou do primeiro mandato de Sérgio Cabral Filho como governador até o penúltimo ano do segundo mandato (2007-2013). Nesse lastro de tempo, o estado passou a ostentar o “título” de lugar com maior concentração territorial em investimentos no mundo e, dando conta que, em 2013, estes chegaram ao ápice de R\$ 110 bilhões, englobando a esfera estatal e privada e que a economia fluminense crescia a passos acima da média nacional⁶. Diante desse quadro, qual seria a maneira que educação profissional poderia ser reordenada para dar conta da pretensão do capital em fazer do Rio de Janeiro, polo protagonista na exportação de commodities e prestação de serviços de alto valor agregado?

4 Designação feita ao conjunto das instituições que compõem as entidades vinculadas aos serviços prestados na formação e qualificação profissional e atividades sociais e recreativas de cada segmento econômico brasileiro. As respectivas instituições estão vinculadas à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Transporte e Sistema Cooperativista Nacional.

5 Alguns exemplos: Em São João da Barra, a LLX (empresa do conglomerado EBX de Eike Batista) construiu o Porto do Açú, a fim de exportar produtos primários de baixo valor agregado (minério de ferro e carvão, principalmente). Em Itatiaia, a Michelin investiu na construção de uma fábrica de pneus e a Procter & Gamble ampliou o seu centro de distribuição de mercadorias. Em Angra dos Reis, a Techniptinha intenção de investir US\$ 700 milhões na ampliação do porto da cidade. Em 2011, época da reportagem, o Parque Tecnológico da UFRJ promoveu licitação dos últimos terrenos disponíveis para a instalação de empresas multinacionais, além do grande loteamento do terreno pela Petrobrás (OLIVEIRA e ROSA, 2011).

6 Mais detalhes em <<http://exame.abril.com.br/economia/como-fica-a-economia-do-rio-depois-de-7-anos-de-cabral/>>

Na esteira do debate em torno da conjuntura econômica aquecida no Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 5.068/2007 instituiu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PROPAR), o que viabilizou condições materiais para que, no ano seguinte, o governo estadual iniciasse, em caráter experimental, o programa “Dupla Escola”. O referido programa foi executado em uma relação de parceria entre a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC/RJ) com o Instituto Oi Futuro, braço da empresa de telecomunicações Oi, que instalou em um prédio da companhia telefônica o Colégio Estadual José Leite Lopes e o Núcleo Avançado em Educação (NAVE). Posteriormente, a SEEDUC/RJ firmou parcerias com outras empresas como o Grupo Pão de Açúcar, a Cooperativa Central de Leite (CCPL), Thyssenkrupp CSA (TKCSA), Nissan, Embratel, dentre outros, no intuito de que outras escolas também estivessem sob o regime de gestão entre Estado e iniciativa privada.

O programa foi consolidado em 2012 e passou a integrar o ensino médio à educação profissional a partir de parcerias de órgãos estatais da Secretaria de Educação e a Secretaria de Desenvolvimento com empresas e fundações privadas. À Secretária de Educação caberia assumir as despesas e gestão em relação ao ensino médio, incluindo o corpo docente e administrativo, serviços de manutenção e educacionais suplementares (como refeição, transporte, uniforme, material didático); os parceiros da iniciativa privada deveriam prover recursos para estruturar, manter e adquirir insumos e matérias-primas para os cursos técnicos de nível médio. Desse modo, ao prover recursos e adequar os cursos às suas expectativas formativas, os benefícios para os “parceiros” ganham contornos mais nítidos pela possibilidade de formar trabalhadores com formação específica às suas necessidades, reduzindo custos em relação à formação e inclusive no processo de recrutamento da força de trabalho, além de reforçar uma suposta imagem positiva como empresa socialmente responsável (PEREIRA, 2014).

Tendo em vista, o conjunto apresentado de políticas e iniciativas em torno da Educação Profissional em nível nacional e estadual, passemos à seguinte seção, no sentido de refletir sobre possível impacto na configuração dessa modalidade de ensino.

O que os dados de 2015 revelam sobre a Educação Profissional no Rio de Janeiro?

A oferta da educação profissional no Estado do Rio de Janeiro perfazia um total de 180.636 matrículas e, de acordo com os dados do Censo Escolar do MEC, em 2015, 34,12% (61.638 matrículas) eram disponibilizadas por meio de instituições de ensino federais e estaduais⁷. No caso das instituições de ensino federais, a oferta é composta por aquelas que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – neste caso, o CEFET/RJ e suas unidades descentralizadas, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ e IFF) e o Colégio Pedro II; a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, unidade de ensino da Fundação Oswaldo Cruz, mas que não compõe a Rede Federal; e as escolas vinculadas às Forças Armadas, como a Fundação Osório e o Colégio Brigadeiro Newton Braga.

⁷ De acordo com a Sinopse da Educação Básica 2015, somente 2,95% (5.327 no total) das matrículas estão dispostas em cursos de educação profissional de redes municipais, especialmente cursos ligados ao Projovem urbano, que promove educação profissional integrada ao ensino fundamental (2.942 matrículas), e cursos técnicos na oferta subsequente ao ensino médio (1.281 matrículas) (INEP, 2016).

No âmbito da rede pública estadual, a oferta da educação profissional está principalmente a cargo de duas redes distintas⁸ - uma rede coordenada pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) através de programas específicos como o já apresentado *Dupla Escola* e o projeto *Vocacional Intercultural* que institui escolas bilíngues em convênio com as embaixadas da Espanha, China, Turquia, Estados Unidos e França. A outra rede de ensino está sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, que além de oferecer cursos técnicos de nível médio, também comporta cursos de qualificação profissional em polos descentralizados.

Nas instituições privadas do Rio de Janeiro, constata-se a volumosa participação nessa modalidade de ensino. Do total de 180.636 matrículas no estado, registram-se 113.671 matrículas nas instituições privadas, 62,93% da oferta total (INEP, 2016). Ressalte-se que essas instituições, apesar de sua natureza jurídica privada, têm peculiaridades entre si e podem ser mais bem qualificadas se forem levados em conta aspectos, tais como se a instituição está registrada como com ou sem fins lucrativos, se é uma escola privada isolada ou se compõe uma rede (como aquelas do Sistema S – SENAI, SENAC, SENAT...).

Seguindo a metodologia adotada pelo INEP, o **tipo de oferta dos cursos técnicos** no Rio de Janeiro é predominante em cursos subsequentes, seguidos do concomitante e, somente em terceiro lugar, os cursos de ensino médio integrado. Para efeitos de exposição, será mantida o formato original conforme divulgado pelo INEP. No entanto, a metodologia do INEP separa os cursos de ensino médio integrado e de formação de professores (médio normal). Por um lado, tal opção evidencia o lugar e a especificidade da formação de uma profissão das mais numerosas na estrutura ocupacional brasileira; no entanto, a cisão dificulta a compreensão se essa formação do magistério está sendo realizada em qual das ofertas previstas pela legislação educacional nacional.

Tabela 1: distribuição da oferta de matrículas de educação profissional no Estado do Rio de Janeiro, 2015

Oferta	%	Matrículas
Curso técnico - subsequente	45,86%	82.838
Curso técnico - concomitante	23,53%	42.502
Ensino médio integrado	15,65%	28.261
Ensino médio normal - magistério	11,18%	20.199
EJA Ensino Fundamental Projovem urbano	1,63%	2.942
Ensino Médio integrado à EJA	1,26%	2.280
Cursos FIC	0,89%	1.614
Total	100,00%	180.636

Fonte: Elaboração própria, Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 - INEP.

Quando se leva em conta a distribuição do tipo de **oferta de matrículas por dependência administrativa**, as 180.636 matrículas se distribuem de formas bem

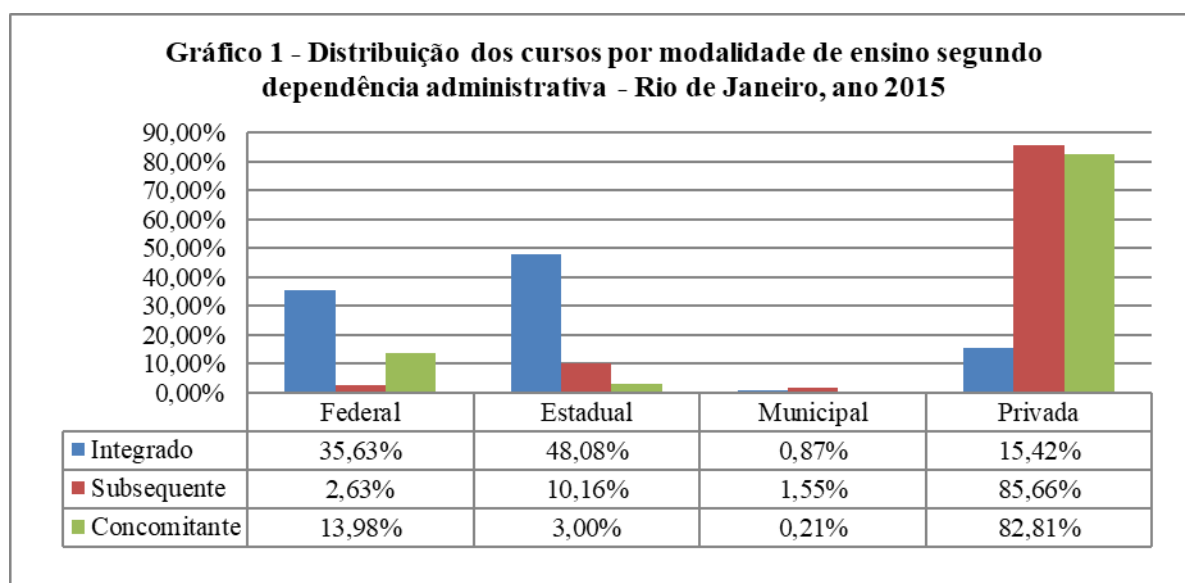
⁸ Há o caso da Escola de Música Villa Lobos, que oferece cursos de formação profissional e livres na área de música, está vinculada à Secretaria de Cultura.

diferentes. A oferta do ensino médio integrado na rede federal e estadual concentra 83,71% das matrículas e somente pouco mais de 15% nas instituições privadas. No entanto, a situação se inverte em relação à oferta de matrículas para os cursos concomitantes e subsequentes que se concentram mais de 80% nas instituições privadas, conforme expostos pela tabela 2 e o gráfico 1⁹.

Tabela 2: distribuição das matrículas de educação profissional por dependências administrativas nas modalidades de ensino no Estado do Rio de Janeiro, 2015

Dependência Administrativa	Subsequente	Concomitante	Integrado
Estadual	8.414	1.271	13.587
Federal	2.180	5.944	10.069
Privada	70.963	35.196	4.358
Municipal	1.281	91	247
Total	82.838	42.502	28.261

Fonte: Elaboração própria, Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 - INEP.



A predominância do ensino médio integrado na rede pública federal e estadual provavelmente se deve, no caso da federal, à regulação prevista pela Lei n. 11.892/2008, referente à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de que pelo menos 50% de suas vagas sejam prioritariamente ofertadas por cursos de ensino médio integrado. A respeito da dependência estadual, é possível que o Programa Brasil Profissionalizado, que inicialmente incentivava a oferta da educação profissional integrada ao ensino médio, bem como a decisão da rede FAETEC que, a partir de 2013, iniciou movimento para que os cursos das suas escolas técnicas passassem a ser ofertados pela modalidade integrada, explique essa predominância na rede pública.

⁹ Nessa exposição, foram levadas em conta apenas as três modalidades mais substanciais.

Por outro lado, é possível inferir que o resultado da predominância nas instituições privadas ocorra devido ao menor grau de complexidade em organizar e manter um curso nas ofertas concomitante e subsequente, pois em tais ofertas de cursos, não há necessidade em se preocupar em estabelecer uma organização que dê conta de dois cursos de uma só vez (o ensino médio regular e o curso técnico). Desse modo, não é necessário integrar processos pedagógicos, no que diz respeito à carga horária, disciplinas oferecidas, dentre outros, assim como também não é necessário integrar processos administrativos no que tange à gestão simultânea dos cursos, o que é próprio da racionalidade capitalista no que diz respeito à educação como mercadoria para reprodução de valor e como traço estrutural do processo formativo do trabalhador brasileiro, prescindida da formação científico-tecnológica.

No que diz respeito à **faixa etária** daqueles matriculados na Educação Profissional, as faixas etárias que mais concentram alunos são os que estão na idade regular do ensino médio (15 a 17 anos) e aqueles com mais de 25 anos. Considerando que qualquer suposição ainda precise ser mais investigada para obter uma conclusão mais fidedigna, podem-se levantar algumas possibilidades sobre o porquê da predominância das faixas etárias citadas: no caso, da faixa etária mais jovem, por seguir o próprio fluxo escolar; já no caso da faixa etária de 25 anos ou mais, a realidade de significativa parcela dos estudantes brasileiros que deixam de estudar no fluxo regular (por inúmeras razões) e que depois retornam e optam pela Educação Profissional como maneira de se direcionar a uma ocupação profissional. Ou seja, trata-se, nesse caso, inevitavelmente da ideologia do capital humano e o investimento em si mesmo, como fator gerador para que, a princípio, favoreça sua empregabilidade em um mundo do trabalho, marcado pelo desemprego estrutural, sobretudo considerando os jovens, a faixa etária mais atingida pela crise capitalista.

Tabela 3: distribuição de matrículas em Educação Profissional no Estado do Rio de Janeiro por faixa etária, 2015

Faixa etária	%	Matrículas
25 ou mais anos	31,51%	56.928
15 a 17 anos	30,43%	54.988
20 a 24 anos	20%	36.085
18 a 19 anos	16,62%	30.035
Até 14 anos	1,44%	2.600
Total	100,00%	180.636

Fonte: Elaboração própria, Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 - INEP.

Considerando os **docentes** que atuam na Educação Profissional fluminense, em termos quantitativos os docentes no ensino médio integrado (EMI) são mais numerosos, mesmo levando em conta a metodologia do INEP que separa o EMI e a formação de magistério em nível médio. Entretanto, embora maior em termos absolutos no quantitativo de docentes, a relação matrículas/professor é bem menor no EMI em comparação aos cursos subsequentes e concomitantes. Assim, ao cruzar os dados das matrículas da Educação Profissional, é possível afirmar que a relação matrículas/professor é substancialmente maior nas instituições privadas do que nas públicas, levando em conta que mais de 80% das matrículas nas ofertas subsequentes e concomitantes estão nas instituições privadas, ao contrário do que foi mostrado em relação ao ensino médio integrado, predominante nas instituições públicas.

Tabela 4: distribuição dos docentes nas modalidades de oferta de Educação Profissional no Estado do Rio de Janeiro, 2015

Modalidades	%	Quantitativo	Matrículas / professor
Ensino Médio Integrado	24,82%	3606	7,8
Curso Técnico - Subsequente	23,30%	3385	24,4
Ensino Médio Normal/Magistério	20,78%	3020	6,68
Curso Técnico - Concomitante	15,28%	2220	19,1
Turmas Mistas ¹⁰	10,08%	1464	*
EJA Integrada à EP de Nível Médio	2,86%	415	5,49
Curso FIC	1,70%	248	*11
EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano	1,18%	172	17,1
Total	100,00%	14.530	

Fonte: Elaboração própria, Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 - INEP.

Com relação ao grau de escolaridade dos docentes na EP, 11,65% ainda não possui o ensino superior e quase 23% não tem licenciatura. Qualitativamente falando, esse dado, apesar de preocupante, ainda não revela precisamente o quadro, pois não se tem o dado na Sinopse se os respectivos professores têm a licenciatura e formação técnica na área adequada à que lecionam. Em comparação com a média nacional na Educação Profissional, percebe-se que o grau de escolaridade é bastante semelhante. O que diferencia substancialmente é o quantitativo dos que dispõem de formação específica para o magistério, bastante superior no estado do Rio de Janeiro, embora sem desconsiderar que a formação docente tem sido marcada pelo aligeiramento e instrumentalização, similares a racionalidade da produção enxuta, o que Shiroma e Evangelista (2015) caracterizam como “formação rarefeita”.

Tabela 5: grau de escolaridade dos docentes da Educação Profissional do Estado do Rio de Janeiro e nacional, 2015

Grau de Escolaridade	%	Quantitativo		Dados Nacionais	
Ensino Superior	88,27%	10.917		124.667 (89,95%)	
		77,04% com Licenciatura (8.411)	22,96% sem licenciatura (2.506)	61,9% com licenciatura (77.181)	38,1% sem licenciatura (47.486)
Ensino Médio	11,65%	1.441		13.811 (9,96%)	
Ensino Fundamental	0,08%	9		106 (0,07%)	
Total	100%	12.367		138.584	

Fonte: Elaboração própria, Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 – INEP

10 Turmas mistas se referem à classes em que há estudantes em mais de uma modalidade de oferta de Educação Profissional (as expostas na tabela 4).

11 Foram desconsiderados as turmas mistas e cursos de Formação Inicial e Continuada. O primeiro, pelo fato do caráter misto, o que implica em imprecisão dos dados. O segundo porque é bastante provável que o quantitativo esteja subestimado, tendo em vista que os cursos FIC abrangem mais de 70% das matrículas que abrangem o Pronatec, incluindo as próprias instituições que mantêm cursos técnicos de nível médio.

Com relação ao **vínculo empregatício** dos docentes na Educação Profissional, o Rio de Janeiro ainda é relativamente (se comparado com a problemática média nacional), um estado que ainda não possui grande número proporcional de professores em caráter temporário na Educação Profissional na rede pública, embora revele alguns dados a serem considerados.

Conforme mostra a pesquisa de Gomes (2016), segundo o mesmo Censo Escolar da Educação Básica de 2015, existiam 249.782 professores em regime de contratação temporária nas redes estaduais brasileiras, o que correspondia a 35,23%. Desmembradas as 27 unidades federativas, o Rio de Janeiro é o segundo estado com menor percentual (2,6%). Assim, levando em conta somente a Educação Profissional, essa modalidade está consideravelmente acima do quantitativo geral fluminense. Ressalte-se que não foram registrados dados referentes às instituições privadas pelo INEP.

Tabela 6: vínculo empregatício dos professores de Educação Profissional da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015

Vínculo empregatício	%	Quantitativo
Efetivo	86,52%	6.510
Temporário	12,32%	927
Terceirizado	0,70%	52
CLT	0,46%	35
Total	100,00%	7.524

Fonte: Elaboração própria, Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 - INEP.

Por fim, embora entendamos que a Sinopse Estatística do Censo Escolar seja fonte importante de consulta, esta possui limitações de ordem técnica, por conta da discrepância causada por erros que não correspondem ao cálculo correto dos próprios dados divulgados. A equipe de pesquisa detectou erros sumários de cálculos em pelo menos 50% das abas consultadas para extração de dados. Pode ser citado como exemplo mais exponencial em termos de equívoco na soma dos dados o ocorrido na aba 2.33 (INEP, 2016), em relação ao somatório do número de docentes que lecionam em turmas mistas, ou seja, que atendem a mais de um tipo de oferta da EP. O somatório dos números de docentes divulgado oficialmente totalizava 12.367. Contudo, após verificar cada coluna de dependência administrativa com sua respectiva oferta de ensino (conforme exposto na tabela 4), o valor encontrado de docentes passou para 14.530. A priori, não se trata de descartar como fonte de informação, mas que seu uso precisa ser bem atento para não implicar em desvios estatísticos significativos.

Apontamentos finais

Considerando o exposto, a oferta na Educação Profissional, ainda que tenha sido alçada a um patamar discursivo de força motriz para o desenvolvimento econômico, ainda revela marcas que incidem uma persistente dualidade educacional, na medida em que a oferta se dá por meio de formas cindidas, pulverizada e que privilegia a formação escolar-cultural desintegrada dos conhecimentos mais desenvolvidos da atualidade. Ainda que o ensino médio integrado tenha ganhado mais relevância desde a promulgação da Lei 11.892/2008, esta modalidade de oferta que visa integrar o conhecimento dito profissionalizante-instrumental com o saber

propedêutico-humanista não foi suficientemente assimilado como projeto qualitativamente superior para a formação da classe trabalhadora.

É fato que a expansão da oferta de educação profissional implicou um maior alcance social e territorial da escola. Contudo, cabe refletir em que condições essa expansão, calcada na diversificação formativa entre as esferas governamentais e, mesmo dentro das próprias redes de ensino público, mantém a estrutura histórica de desigualdade e dualidade na formação escolar, a título da maior certificação da classe trabalhadora nos cursos técnicos.

Por fim, salientamos que há variados aspectos da composição da oferta dessa modalidade de ensino que não foi possível ser adequadamente apreendidos por meio dos dados dos Censos Escolares realizados pelo INEP. Nesse sentido, já iniciamos movimento de pesquisa para diversificar as fontes de dados, brevemente, conseguiremos traçar de modo mais fidedigno e plural o quadro constitutivo da educação profissional no estado do Rio de Janeiro.

Referências

BNDES, Brasil competitivo, IBEF – 3ª edição do painel de CEOs, São Paulo, 05 de agosto de 2011. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho_BrasilCompetitivo_082011.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1997, 14 ago.1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2004, 26 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2005, 18 nov. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2008, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de

janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2011, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CASSIOLATO, M. M. M. C., GARCIA, R. C. **Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

COSTA, F. A execução orçamentária do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) entre 2011 e 2014. In: **Marx e Marxismo 2015: insurreições, passado e presente**, 2015, Niterói. **Anais...**, Niterói, 2015.

FRIGOTTO, G. Educação Profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 521-536, nov.2007/fev.2008.

IASI, M. A PEC 241 e o Estado. In: **Blog da Boitempo**, publicado em 17 out. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/17/a-pec-241-e-o-estado/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

KUENZER, A. Z. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 491-508, nov.2007/fev. 2008.

MESENTIER, A. **A estratégia do capital no Rio de Janeiro**, s/d. Disponível em: <<https://movimentossociaisriomais20.files.wordpress.com/2012/04/a-estrategia-do-capital-no-rio-de-janeiro-allan-mesentier.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas, 2003, Brasília. **Anais...**, Brasília: Ministério da Educação, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. MEC: Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

NASCIMENTO, P. A. M. M. Há escassez generalizada de profissionais de carreiras técnico-científicas no Brasil? Uma análise a partir de dados do CAGED. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério do Trabalho e Emprego: Brasília, Ano 16, n. 49, Nov. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt49_completo.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

OLIVEIRA, E; ROSA, B. Um Rio de negócios, **O Globo**, Economia, p. 27, 11 set. 2011.

PEREIRA, N. **O programa Dupla Escola e o NATA: estudo crítico sobre parceria público-privada e o ensino profissionalizante no estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SANTOS, J. A. dos, RODRIGUES, J. (Des) Caminhos da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: contradições na trajetória histórica. In: **Marx e o marxismo**, Niterói, v. 3, n. 4, p. 88-112, jan/jun.2015.

SCHWARTZMANN, S; CASTRO, C. M. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-624, jul./set. 2013.

SHIROMA, E. O; EVANGELISTA, O. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 10, p. 89-114, jul./dez. 2015.

Recebido em: 11/05/2018.

Aprovado em: 11/06/2018.